UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

FERNANDA BEVILACQUA RIBEIRO

**EDUCAÇÃO INFANTIL E SURDEZ: UMA EXPERIÊNCIA DE
INCLUSÃO**

MARINGÁ
2012

FERNANDA BEVILACQUA RIBEIRO

EDUCAÇÃO INFANTIL E SURDEZ: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia, como requisito parcial para cumprimento das atividades exigidas na disciplina do TCC.

Coordenação: Profa. Ms. Aline Froline Lunardeli Lara.

Orientação: Prof.^a Ms. Márcia Cristina Amaral da Silva.

MARINGÁ

2012

SUMÁRIO

RESUMO	3
1-INTRODUÇÃO	4
2- INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL	11
2.1 Um pouco sobre a Educação Infantil no Brasil.....	13
3- . A HISTÓRIA DA SURDEZ	17
3.1- Formação de professores.....	19
4 -UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	22
4.1- Interação com as crianças.....	23
4.2 Criança Escola e Professores.....	25
4.3 Professora de Apoio Escola e Crianças.....	26
4.4 Outros aspectos observados.....	27
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30

RESUMO

Este trabalho trata da possibilidade de inclusão de escolares surdos na educação infantil, perpassando por um breve relato histórico sobre a trajetória da Educação Infantil, sobre as concepções da infância e educação, bem como sobre a história da surdez e das filosofias que subsidiavam a escolarização desses sujeitos. Finalizamos o trabalho com o relato de uma experiência inclusiva na Educação Infantil em escola regular, apresentando algumas das dificuldades encontradas pelos sujeitos da instituição na organização do trabalho pedagógico com essa criança, além de apontar para os benefícios que esta inclusão pode trazer para surdos e ouvintes nela envolvidos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Surdez, Inclusão.

ABSTRAT

This paper deals with the possibility of inclusion of deaf students in early childhood education, the article provides a brief historical account of the trajectory of Early Childhood Education, on the conceptions of childhood and education, as well as about the history of deafness and philosophies that subsidize the schooling of these subjects. We finished the job with an account of an experiment in inclusive early childhood education in a regular school, with some of the difficulties encountered by individuals in the organization of the institution's educational work with that child, and point to the benefits that this inclusion can bring deaf and hearing involved.

Keywords: Childhood Education; Deafness, Inclusion.

1- INTRODUÇÃO

Ao longo de nossa formação acadêmica, no curso de Pedagogia, é muito comum estudarmos conteúdos que abordam a importância que a linguagem exerce na formação cognitiva e educacional das crianças nas fases da escolarização. Tendo em vista esta preocupação, optamos por pesquisar como ocorre o processo de ensino-aprendizagem de um escolar surdo na Educação Infantil, pois esse aluno utiliza uma língua viso-gestual, as Libras, enquanto os demais escolares e o próprio professor utilizam a fala. Logo, a linguagem nesse contexto pode sofrer prejuízos para o surdo caso não sejam tomados os cuidados necessários para garantir as devidas condições para que haja a comunicação e conseqüente aprendizagem.

Quando nós, ouvintes, entramos em contato com uma pessoa surda, é comum nos perguntarmos como ela consegue se comunicar e se adaptar a um mundo hegemonicamente marcado pela cultura da oralidade e como coexistem em realidades tão diferenciadas.

E apesar do estranhamento inicial, a nossa relação com as pessoas surdas vem se modificando ao longo da história. De acordo com Goldfeld (1997), fonoaudióloga, e grande estudiosa do bilinguismo, várias foram as filosofias educacionais usadas para o desenvolvimento educacional e cognitivo das crianças com deficiência auditiva.

Atualmente, em alguns países como Venezuela, existe uma filosofia adotada oficial e obrigatoriamente em todas as escolas públicas para surdos (no caso, a filosofia Bilíngue), mas como no Brasil, a maioria dos países convive com estas diferentes visões sobre os surdos e sua educação, acreditando que a verdade única não existe e, portanto, todas as abordagens seriamente estudadas devem ter espaço (GOLDFELD, 1997, p.30).

A linguagem de sinais, hoje tão conhecida, sofreu e ainda sofre críticas em relação a sua eficiência. Para alguns profissionais, principalmente os seguidores da filosofia educacional do oralismo, a língua de sinais dificulta a aprendizagem da linguagem oral destas crianças.

Além do oralismo, outras duas filosofias educacionais também tiveram espaço na história da educação, desenvolvimento e aprendizagem dos surdos. Temos a Comunicação Total que utiliza tanto da linguagem de sinais quanto da linguagem

oral e o Bilinguismo que tem como base que o surdo deve adquirir e utilizar duas formas de linguagem, a dos sinais, língua natural desses sujeitos ou primeira língua (L1) e a língua oficial do local onde vive, ou segunda língua (L2).

Na atualidade, o Bilinguismo tem maior visibilidade no espaço educacional devido aos resultados de pesquisas como a de Karnopp (1999), Lacerda(2009), Goldfeld (1997), entre outras que demonstram o prejuízo cognitivo sofrido pelos surdos quando se encontram privados da linguagem. Durante muito tempo, esses sujeitos foram proibidos de utilizarem os sinais para comunicação e a aprendizagem escolar, devendo adquirir a oralidade por meio de aparelhos de amplificação sonora e de leitura labial. Tal decisão foi tomada no II Congresso Internacional de Milão, em 1880 e foi, paulatinamente, revogada já que as pesquisas citadas apontam que quando nos referimos a linguagem e ao desenvolvimento educacional das crianças surdas, a aprendizagem da língua oral, quando ocorre, perpassa por um processo diverso ao do ouvinte. Logo, o surdo precisa de uma língua viso-gestual para se comunicar.

Atualmente, a filosofia defendida pelo MEC (Ministério da Educação) para o trabalho educativo com os surdos é o Bilinguismo. Partindo desse pressuposto, políticas públicas na área da surdez foram sendo elaboradas. Como é o caso do decreto de nº5.625, de dezembro de 2005 capítulo III, Art.5º que define a formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior e que as Libras e a Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

No que se diz respeito à educação, à aprendizagem e o desenvolvimento de uma criança surda, devemos levar em consideração os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, que pensa a educação das pessoas com deficiência prospectivamente. Vigotiski (1995), afirma que no defeito a criança encontra forças para a superação de suas dificuldades. Portanto, utilizaremos a teoria citada como nosso referencial metodológico, pois coadunamos com as proposições do autor.

Respeitar as diferenças e as dificuldades que a surdez causa para o desenvolvimento social e educacional desses sujeitos é premissa básica para encontrar metodologias que auxiliem o processo de ensino e aprendizagem dos surdos. É importante compreender estas crianças no contexto da inclusão, para que

a linguagem de sinais seja utilizada e ampliada neste espaço, pois somente assim elas aprenderão os conteúdos escolares e terão um desenvolvimento cognitivo tal qual o dos ouvintes.

Nos dias atuais, são comuns discussões sobre a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência em escolas regulares. Isso não é diferente com respeito a crianças surdas. Algumas instituições educacionais já trabalham com a inclusão, onde normalmente esta criança tem garantida a presença de um intérprete de Libras, a fim de se desenvolver e acompanhar os conteúdos escolares como os demais alunos.

É nesse sentido que nos deparamos com a questão de como essa criança adquire a linguagem e de como ocorre a aprendizagem escolar no contexto da inclusão. Consideramos que é preciso compreender a interdependência do surdo com o meio social em que está inserido, pois este é um elemento fundamental para que ele se desenvolva prospectivamente ou que encontre dificuldades nesse percurso.

Uma criança bem assessorada, bem assistida, que tenha o desenvolvimento de sua linguagem acompanhado pelos professores e pelos pais, e que consiga se comunicar, e se fazer entender pelos demais, terá um desenvolvimento adequado, pois por meio da linguagem terá acesso ao conhecimento científico. Neste sentido, a aprendizagem de qualidade em sua língua pode transformar a ausência de audição em ampliação da experiência visual, contribuindo para sua formação humana. Compreendemos, então, que estudar como a linguagem do surdo, no contexto da inclusão, pode ser tratada, justifica essa pesquisa.

Nosso objetivo principal com essa pesquisa é analisar a relevância da linguagem nos processos de ensino e aprendizagem dos surdos incluídos na educação infantil. Para alcançar esse intento procuramos identificar os problemas de aprendizagem mais comuns enfrentados pelas crianças surdas na Educação Infantil, bem como verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores na organização do trabalho pedagógico. Além disso, apresentamos um relato de experiência com observações de uma criança surda na escola inclusiva.

Para a realização deste trabalho utilizaremos autores que incorporam os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, que tem como seu principal expoente Lev. S. Vigotski. A teoria citada tem a linguagem como elemento imprescindível para o

pensamento e a mediação como um dos conceitos mais caros à educação escolar. Os pesquisadores desta perspectiva compreendem que essa mediação deve ocorrer na zona de desenvolvimento iminente do escolar, zona esta descrita por Vigotski, como aquela em que o escolar, com auxílio e orientação de uma pessoa mais experiente, alcança o sucesso em ações que não conseguia, antes, realizar autonomamente.

Nesse sentido, Vigotski afirma que o ensino deve se adiantar ao desenvolvimento, porque somente desta maneira pode ser considerado um ensino eficiente. No caso específico dos surdos, é necessário que esse ensino ocorra em Libras, língua que lhe é natural. Portanto, a instituição escolar precisa disponibilizar um intérprete ao surdo desde o início de sua escolarização, facilitando assim as etapas posteriores que este indivíduo terá de enfrentar ao longo de sua vida acadêmica.

O contato entre surdo e ouvintes trará benefícios, a nosso ver, não somente para o sujeito surdo, mas também para os alunos e professores ouvintes, possibilitando assim que estes tenham acesso à cultura surda, enriquecendo a sua formação e também se tornando um sujeito que respeite as diferenças humanas.

Na educação infantil é importante que a criança surda tenha a oportunidade de interagir na Língua de Sinais com o Instrutor, pois terá o seu desenvolvimento linguístico de maneira natural. Quanto aos pais, na maioria ouvinte, é importante que os mesmos também sejam usuário da Língua de Sinais para que a criança seja independente e com essa conquista, ao chegar na fase da adolescência as noções das atividades de conviver entre Surdos e ouvintes já tenha maior esclarecimento e entendimento. (VILHALVA, 2004, p1)

Além disso, não podemos nos furtar de contextualizar a educação dos surdos, pois a perspectiva que assumimos pela teoria explicitada prevê que analisemos os fatos pelo viés da história. Esclareceremos então de maneira sucinta como vem se delineando a história dos surdos até os dias atuais. Lacerda (2005), afirma que durante toda a Antiguidade e por quase toda a Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. Portanto, eram deixados à margem da sociedade aqueles que não dispunham de qualidades psíquicas e cognitivas para aprender.

Somente no século XVI a possibilidade de aprendizagem do surdo volta a ser cogitada. Este novo cenário se passa na Espanha, onde são encontrados os primeiros educadores surdos, como o educador Ponce de León (1520-1584), monge beneditino espanhol, que passa a ser considerado o primeiro professor de surdos e seu trabalho passa a ser base de outros diversos educadores da área. Iniciou-se a busca por estratégias pedagógicas que viessem a facilitar a comunicação desses sujeitos com os ouvintes. Por sua vez, estas estratégias eram feitas, frequentemente, de maneira individualizada por cada um dos pedagogos e não eram compartilhadas com os demais profissionais. Em geral, só tinha acesso a estas estratégias os filhos das famílias mais abastadas. Sánchez (1990), explica que essas crianças tinham garantida a presença de pedagogos que elaboravam métodos de ensino sem disponibilizá-los a outros que também tinham surdos em suas famílias.

Pedro Ponce de León desenvolveu um trabalho com a língua de sinais e, apesar de ser preceptor dos filhos de nobres e aristocratas, ensinou a comunicação sinalizada com métodos de ensino da fala e da escrita (BOTELHO,1998). No século XVIII, o abade de L'Epée (1712-1789), observando a pobreza dos surdos em Paris, fundou a primeira escola pública para Surdos, denominada de Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris (GÓES, 1996) e se tornou um fervoroso defensor da língua de sinais.

No século XIX os surdos são expostos à metodologia do oralismo, decidida no II Congresso Internacional de Milão¹ e que ocasionou uma ruptura nas conquistas educacionais desses sujeitos, até então. Proibidos de usar gestos e o alfabeto manual por cerca de 100 anos, os surdos ficaram à margem da sociedade pelas lacunas na comunicação e, mais ainda, pelas dificuldades de aprendizagem dos conteúdos escolares.

Em meados de 1970, tendo em vista a situação caótica a que estavam submetidos os surdos, pesquisas na área demonstravam que esses sujeitos

¹ De acordo com Silva (2006,p.26.)”O Congresso de Milão, realizado no período de 06 a 11 de setembro de 1880, reuniu cento e oitenta e duas pessoas, na sua ampla maioria ouvintes, provenientes de países como Bélgica,França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Suécia, Rússia, Estados Unidos e Canadá. O objetivo foi discutir a educação de surdos e analisaras vantagens e os inconvenientes do internato, o período necessário para educação formal, o número de alunos por salas e, principalmente, como os surdos deveriam ser ensinados, por meio da linguagem oral ou gestual.”

deveriam ser expostos a todos os tipos de estímulos, sejam adaptação de próteses auditivas, leitura, escrita, gestos, oralização, com vistas à comunicação, apenas. Não havia, nesta filosofia, a preocupação com a linguagem desses sujeitos, tampouco com sua cultura.

Foi somente após os estudos de Stokoe (1968), sobre a estrutura da língua de sinais americana, que a mesma passou a ser reconhecida como língua e a filosofia que a norteia, na contemporaneidade do processo educacional dos surdos, é o Bilinguismo.

O tema referenciado será resultado de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, não-participante, na qual tentaremos entender um pouco mais sobre a temática escolhida buscando contribuir com mais elementos sobre a inclusão de crianças surdas na Educação Infantil.

No que se diz respeito à pesquisa bibliográfica, serão utilizadas literaturas e autores diversos que descerram sobre a temática escolhida, também de autores como Vigotskii, que por meio de uma filosofia sociocultural nos fala um pouco mais sobre o desenvolvimento intelectual das crianças em idade escolar. Para a pesquisa não-participante observamos uma criança surda, de quatro anos de idade, que frequenta o Centro de Educação Infantil de uma cidade do Noroeste do Estado do Paraná. Direcionamos nossas observações para os planos de aula elaborados pelos professores, a fim de analisar em que sentido eles são ou não preparados para uma maior inclusão da criança surda. Atentamos, ainda em identificar quais são as maiores dificuldades encontradas na sala de aula no que se diz respeito a este desenvolvimento, procurando analisar como ocorre a integração entre professores, intérprete e demais alunos ouvintes para com o escolar surdo.

Organizamos o trabalho em três capítulos. No primeiro discorremos sobre a história da infância e as concepções da criança e educação. No segundo, tratamos da trajetória histórica dos surdos e das filosofias que têm norteado sua educação até nossos dias. No terceiro capítulo, trazemos um relato da experiência de inclusão de Lua, uma criança surda, na Educação Infantil regular. Concluímos que a experiência da inclusão de um sujeito surdo na Educação Infantil não é só permeada de vitórias; no meio deste caminho sempre existirá percalços a serem vencidos, porém conseguimos perceber que o preconceito é fruto do adulto, e que é ele o responsável por formar esta criança. Neste sentido, a inclusão, com seus erros e

acertos, se torna valiosa na vida dos sujeitos ali inseridos, tanto o ouvinte quanto os surdos, porque ambos estarão expostos a um contexto mais rico, isto é, todas as crianças terão contato com uma língua que talvez sequer tivessem conhecimento se não houvesse a inclusão. Os professores e demais envolvidos também terão acesso a uma nova visão, tornando-se profissionais melhores no que se refere a compreender o surdo e todas as pessoas com deficiência, como seres humanos capazes, desde que sejam lhes oferecidas condições necessárias para a aprendizagem e o conseqüente desenvolvimento.

2- INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo, faremos uma breve síntese a respeito da história da infância e da educação infantil, vislumbrando as mudanças pelas quais estas duas concepções vêm passando no decorrer do tempo. Quando falamos em infância, são muitas as ideias que nos vêm a cabeça, diretamente ligadas a concepção de criança e de infância que temos hoje. Assim, a infância é vista como uma primeira etapa de vida de um ser, fase na qual a criança necessita de cuidados específicos, voltados às suas necessidades. A criança é concebida nas cartas de lei como um ser social em construção, que tem seus direitos amparados legalmente, objetivando sua proteção e seus direitos. Como podemos observar no Estatuto do Menor e do Adolescente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.1).

No entanto, este conceito de infância, no qual a criança é o centro das atenções e demanda cuidados próprios voltados as suas especificidades, nem sempre foi assim. Alguns autores que estudam esse período do desenvolvimento humano, como é o caso de Ariès (1978), que transforma esses aspectos em um fenômeno típico da modernidade, mas esses estudos deram seus primeiros passos já no Renascimento, em meados do século XVII.

Para esse autor, um forte indício do desconhecimento da infância antes do século XVII era a forma com que as crianças eram retratadas nas artes medievais, pois a única característica que as diferenciava do homem adulto eram o seu tamanho, ou seja, eram retratadas com as mesmas características, tanto em sua forma de vestir e portar, sendo retratadas como “adultos em miniaturas”.

Além disso, outro aspecto apontado por Ariès (1978), a respeito da infância, era a despreocupação com as crianças muito pequenas, talvez pelo grande número

de mortalidade nos primeiros dias ou meses de vida. As crianças, em seus primeiros meses, eram postas como se fossem desprovidas de alma e por tanto sua morte não gerava quaisquer transtorno a família, já que se tornara habitual na sociedade vigente. Outro hábito bastante comum descrito por Ariés (1978) era o fato de que muitas crianças serem enterradas nos jardins das próprias casas, sem preocupação maior com seu corpo.

Algo muito marcante também nos escritos do autor são suas descrições sobre os trajes das crianças, isto é, era bastante comum que desde a saída dos cueiros as crianças já fossem vestidas como adultos. Algumas mudanças ocorreram a partir do século XIV, principalmente no que se diz respeito aos trajes masculinos, já que até este período, meninos e meninas eram vestidos quase que da mesma forma, cabendo ressaltar que estas mudanças ocorreram principalmente dentro das famílias burguesas já que aos filhos da população em geral, os trajes quase não sofreram diferenciação.

Assim partindo do século XIV, em que a criança se vestia como adulto, chegamos ao traje especializado da infância, que hoje nos é familiar. Já observamos que essa mudança afetou, sobretudo os meninos. O sentimento da infância beneficiou primeiramente os meninos, enquanto as meninas persistiram no modo de vida tradicional que as confundia com adultos: seremos levados mais de uma vez a observar esse atraso das mulheres em adotar as formas visíveis da civilização moderna, essencialmente masculina.

Se nos limitarmos apenas ao testemunho fornecido pelo traje, concluiremos que a particularização da infância se restringiu aos meninos. O que é certo é que isso aconteceu apenas nas famílias burguesas ou nobres. As crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesões, as crianças brincavam nas praças das aldeias, nas ruas das cidades ou nas cozinhas das casas e continuaram a usar o mesmo traje dos adultos: Ela conservaram o antigo modo de vida que não separava crianças e adulto, nem através trajes nem através do trabalho e nem através dos jogos e brincadeiras (ARIÉS, 1978, p.81).

As crianças, principalmente até o século XVII, na obra *História Social da Criança*, de Philippe Ariés, são postas a mercê da sociedade vigente, salvo algumas raras exceções provindas das famílias mais abastadas. Neste período, as mortes de crianças eram vistas como comuns, e não causavam a comoção como a que sentimos em dias atuais, as brincadeiras e jogos não tinham diferenciação, e os pequenos participavam ativamente da vida social dos adultos, sem que houvesse

preocupação com o que poderia ou não ser presenciado por elas. O conceito de infância como conhecemos não existia na sociedade medieval.

Na sociedade medieval que tomamos como partida o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência de particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão assim que a criança tinha condição de viver sem solitudes constantes de sua mãe ou de sua ama ela ingressava na sociedade de adultos e não se distingue mais destes (ARIES, 1978, p.156).

Alguns outros autores, como Neil Postman também nos dizem um pouco a respeito da infância. Em seus escritos também diz sobre a inexistência do conceito de infância na idade média e de como as crianças eram expostas a vida social do adulto desde sua tenra idade, e que estas por sua vez não haviam aprendido o conceito de vergonha, conceito este que é retomado na modernidade.

Outro aspecto colocado pelo autor, como ponto diferencial do adulto para com a criança é o acesso a informação, pois diferentemente das crianças, os adultos tinham acesso a leitura, a qual foi possível com o avanço da tipografia, a criança por não ter mais acesso a este novo cenário, acabou por ser afastada do mundo adulto, tornando-se assim necessário se criar um mundo específico, no qual as suas novas necessidades fossem contempladas. Segundo Postman (1999), a infância constituiu-se pela disponibilização às crianças de informações que eram acessíveis somente aos adultos. Isso ocorreu por meio do controle de informações pela família e pela escola. Entretanto, após a invenção do telégrafo, esse cenário se modificou e retirou-se da instituição escolar e da família a hegemonia de transmitir e dosar os conhecimentos desejáveis a essa faixa etária.

2.1 Um pouco sobre a Educação Infantil no Brasil.

Assim como a infância, a educação infantil também vem se modificando ao longo de nossa história. Inicialmente, chamado jardim de infância, tinha caráter assistencialista, e era voltado em sua maioria para crianças na faixa de 4 a 6 anos e ao atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos, atendendo em período integral ou parcial, e apreciavam inicialmente como trabalho beneficente .

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho em meados da década de 60, o cenário da educação infantil ganha mais relevância, porém sua expansão se dá no decorrer da década de 70, onde o papel da educação infantil passa por grandes modificações levando em conta o seu caráter pedagógico.

A defesa do caráter educacional das creches foi uma das principais bandeiras do movimento de luta por creches e dos profissionais dessas instituições, que promoviam encontros para discutir suas condições de trabalho e se organizavam em entidades como a Associação dos Servidores da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, na cidade de São Paulo (ASSFABES). O vínculo das creches aos órgãos de serviço social fazia reviver a polêmica entre educação e assistência, que percorre a história das instituições de educação infantil. Nesta polaridade, educacional ou pedagógico são vistos como intrinsecamente positivos, por oposição ao assistencial, negativo e incompatível com os primeiros. Isto acaba por embaralhar a compreensão dos processos educacionais da pedagogia da submissão, que ocorre em instituições que segregam a pobreza (KUHLMANN JR, 2000, p12).

Portanto esta discussão sobre a escola de caráter educacional ou assistencialista iniciadas nas décadas de 70 e 80, ainda hoje nos permeiam, é muito comum em dias atuais no perguntarmos qual é o papel real da educação infantil pública no Brasil. Se buscarmos nos currículos escolares das escolas muito provavelmente vamos nos deparar com o caráter educacional, porém no dia a dia destas instituições o que conseguimos perceber é que se torna bastante comum voltarmos a nos encontrar com o caráter assistencialista das décadas anteriores, já que muitas vezes a noção de educação informal, a qual deveria ser papel da família e posta também como sendo papel do educador, principalmente quando se trata de educação infantil. A cobrança tanto dos pais, quanto dos demais órgãos educacionais pertencentes às escolas são sempre a cerca de cuidados físicos da crianças como uma mordida ou uma assadura, e muito pouco ou quase nunca se analisado o caráter pedagógica do trabalho daquele profissional, apesar de no papel ter como sua função levar o aluno ao conhecimento do que se tem de mais elaborado.

Para que possamos entender a educação infantil como um todo é necessária também que entendamos um pouco do funcionamento da mesma, e de como acontece a formação dos profissionais, que trabalham diretamente com estas crianças.

Todo o trabalho de uma escola quer seja esta de educação infantil ou não, são pautadas em cima de diretrizes curriculares, as quais estas escolas devem seguir, porém cada escola tem autonomia em seu trabalho desde que estejam dentro de normas já pré-estabelecidas. O modelo de gestão com o qual trabalhamos em dias atuais, é o de gestão democrática, onde todos devem participar das tomadas de decisões.

A participação da comunidade na vida escolar poderá trazer para o interior da escola aspectos relacionados à vida socioeconômica e cultural do bairro, facilitando a inclusão desses aspectos no próprio currículo escolar. Dentre as propostas que podem auxiliar a implantação do processo de gestão democrática nas instituições de ensino, destaca-se a formação de uma estrutura de conselhos como Conselho de Escola e de Pais. É possível que, se esses conselhos forem, de fato, representativos dos interesses e necessidades de seus usuários, poderão significar importante avanço na democratização do sistema educacional brasileiro (MAZELLI e ROSALEN,2003,p.14).

O professor dentro destas novas diretrizes deve ser o instrumento que leva o seu aluno ao desenvolvimento, ele deve trazer ao seu aluno o conhecimento científico e o saber elaborado, transformando aos assim em saber escolar, considerando suas particularidades, e respeitando suas opiniões, fazendo com que este construa um novo conhecimento tendo como ponto de partida aquilo que já conhecia, mas o que o professor lhe trouxe de novo, porém é necessária que o professor respeite o limite de cada criança, já que nesta faixa etária a atenção da criança é curta e se dispersa com facilidade

O profissional desta área deve ser dinâmico e deve levar seus alunos a uma autonomia, para que estes possam lidar melhor com situações problemas, situações estas que podem ser fundamentais ao logo de sua vida escolar.

O trabalho com os pequenos deve ser pensado com grande amplitude; é necessária mais do que em qualquer outra fase educativa se trabalhar com o lúdico, usando os brinquedos e brincadeiras como ferramentas de aprendizagem, é nesta fase dos primeiros anos que desenvolvemos as noções de tempo espaço lateralidade, a criança passa a nomear e identificar as partes de seu corpo, reconhecer cores e letras, sai da fase das garatujas e passa a dar forma a seus desenhos, e já iniciam mesmo que forma parcial o seu processo de alfabetização.

Sendo estes descritos acima também eixos que norteiam o currículo da educação infantil.

Outro aspecto muito importante no que se diz respeito à educação é como os currículos ou propostas curriculares no Brasil vêm ampliando seu espaço para discussões que dizem respeito aos temas transversais, ou diversidades, temas estes que são das mais diversas ordens, como gênero, raças, etnias, entre outros. Aqui se põe a educação com sendo responsável por atingir nos alunos a aprendizagem destes conceitos. Este aspecto se torna importante partindo do momento que a educação tem com seu principal dever educar o homem para ser crítico, onde o tema igualdade perde seu posto para a equidade, onde se deve respeitar a igualdade dentro das próprias diferenças.

Estas temáticas não são diferentes na educação infantil, onde é necessário também trabalhar se com os pequenos o respeito e a convivência com aquele que é diferente. Certamente alguns temas são colocados de forma mais sutis, como literaturas infantis, músicas.

3- A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Como todo o contexto histórico, também a surdez e seus desdobramentos vão se modificando de acordo com as exigências e padrões de cada período histórico. Assim como as demais deficiências, a surdez também passa por um período de total abandono, onde os sujeitos eram postos como seres desprovidos de direitos e muitas vezes eram abandonados ou até mesmo sacrificados, como nos relatam alguns estudos a este respeito, em relação à antiguidade. Os sujeitos surdos não tinham direito a Educação, pois alguns pensadores da época, como Aristóteles, pensavam que sem a linguagem não seria possível o indivíduo ter raciocínio.

Foi no século XVI que se iniciou, ainda que de forma tímida, algumas idéias sobre a educação e suas necessidades e foi difundida por meio daquele que é considerado um dos primeiros professores para educação de surdos, chamado Pedro Ponce de León, que era responsável por educar os filhos surdos de famílias nobres.

Ainda no século dezesseis, na Espanha o monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584) ensinou quatro surdos, filhos de nobres, a falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de física e astronomia. Ponce de Leon desenvolveu uma metodologia de educação de surdos, que incluía datilologia (representação de letras do alfabeto), escrita e oralização, e criou uma escola de professores de surdo. (GOLDFELD, 1997, p.30).

O século XVII, apesar de algumas mudanças já estarem em desenvolvimento, ainda foi um século onde quase não se ouve mudanças que dizem respeito à educação para surdos, já que as mudanças maiores aconteceram em setor minoritário da sociedade, pois suas pedagogias eram acessíveis aos nobres, sobrando aos filhos provindos de famílias pobres, quando não abandonados, eram colocados em asilos para pessoas portadoras de diferentes deficiências.

O século XVII foi marcado por práticas que revelavam a grande marginalização de todas as pessoas que não atendessem aos padrões de beleza e de produtividade da época como não poderia deixar de ser, pessoas com algum tipo de deficiência eram rotuladas como **idiotas, delinqüentes, rebeldes**. Além de serem excluídas, e fadadas ao confinamento em asilos, onde muitas vezes, eram dizimadas por epidemias (RIBEIRO e SHIMAZAKI , 2008, p.14 – grifos das autoras).

Em relação às abordagens ou filosofias educacionais, Goldfeld (1997) em seu livro: A criança Surda remete um de seus capítulos à discussão sobre esta temática, apontando três diferentes abordagens ocorridas no Brasil, sendo elas: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo, que é a abordagem utilizada até os dias atuais.

O Oralismo privilegia a língua oral e ganha maior visibilidade a partir de 1880 após Congresso de Milão, onde se reuniram educadores de todo Mundo, onde a filosofia oralista foi posta como superior a gestual, e por sua vez passa a ser usada quase que exclusivamente por seus adeptos naquele período.

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva. Esta estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se com a comunidade ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção a normalidade (GOLDFELD, 1997, p.31).

A Comunicação Total tem como seu ponto principal a valorização da comunicação, tanto com seus iguais, quanto com os sujeitos ouvintes. A Comunicação Total vê o homem em sua individualidade, independente de portar ou não alguma deficiência, onde a educação deveria ser feita de forma individualizada buscando assim, o desenvolvimento das habilidades do sujeito surdo.

Para Goldfeld (1997), o bilinguismo valoriza em primeiro plano a aprendizagem da língua de sinais, que nesta filosofia deve ser a sua língua materna e depois, em outro momento aprender a Língua Portuguesa escrita, no caso do surdo brasileiro.

Esta filosofia norteia grande parte dos trabalhos a respeito da inclusão, já que este valoriza o aluno respeitando suas diferenças e dificuldades, levando este a aprendizagem para assim prover seu desenvolvimento, sem que para isto ele seja exposto à privação de seus direitos.

Entendemos, assim, que apenas por meio da educação bilíngüe os surdos terão possibilidade de uma educação que os respeite em sua particularidade/especificidade lingüística e, portanto, a única que permitirá um agir social de forma autônoma a partir de uma formação digna e de respeito à sua diversidade (LODI; LACERDA, 2009, p. 1).

Dessa forma, observamos a necessidade de professores formados com a concepção do surdo bilíngue. Isso quer dizer que as licenciaturas precisam pensar na possibilidade de esses sujeitos fazerem parte do dia a dia da escola e, sendo assim, há a necessidade do conhecimento das Libras pelos docentes e da presença, legalizada do intérprete sempre que houver um surdo na sala de aula.

3.1 Formação de professores

No que se refere à formação de professores o que podemos observar no decorrer de nossa vida acadêmica por meio de leituras, discussões, vivências, e até mesmo na mídia, é que em sua grande parte dos cursos de graduação, sendo eles de nível estadual, federal ou privado não preparam seu aluno para o trabalho inclusivo, muito se vê as discussões a cerca da diversidade, onde se deve trabalhar com as diferenças as aceitando com igualdade. Porém o que podemos perceber é que apesar dos grandes discursos a favor da inclusão tanto por parte das academias tanto por parte dos governos e entidades em geral, pouco se investe realmente na qualificação do profissional que está em sala de aula. O profissional formado hoje nas áreas das ciências humanas, mesmo os advindos das grandes instituições públicas e de renome, saem com pouquíssimo ou quase nem um conhecimento nas áreas específicas da inclusão, principalmente no que se diz respeito à formação para educação de surdos.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL,2008).

Portanto se torna indispensável, na sala de aula principalmente na inclusão do sujeito surdo, um professor de apoio e em se tratando de Educação infantil este apoio se torna ainda mais indefensável, já que esta criança, está iniciando a alfabetização, e aprendendo a desenvolver sua linguagem, o professor aqui na grande maioria das vezes ainda é visto pelo aluno com olhar de admiração, e tem com ele uma relação até mesmo de carinho, que vai se perdendo com o passar dos anos.

A inclusão é o assunto dos quais mais ouvimos falar em dias atuais, o governo federal de nosso país, tem cada vez mais incentivado ações inclusivas,

tanto no cenário educacional, quanto na sociedade de um geral, por isso escolas e os professores hoje devem ou deveriam estar preparados para trabalhar e receber estas deficiências, elas de quaisquer nível, mesmo que algumas destas exijam um apoio especializado e ate mesmos cuidados específicos.

No caso específico da inclusão do sujeito surdo, essa inclusão exige da escola diversas adaptações, como professor de Libras, que juntamente com o professor da sala ficam responsáveis em montar planejamentos que vislumbrem tanto as necessidades do escolar surdo quanto dos demais alunos ouvintes.

No que se refere à surdez, a adaptação escolar significa a oferta de currículo adaptado; critérios diferenciados para a correção de provas discursivas e de Língua Portuguesa; conhecimento de Libras para uma comunicação funcional por parte dos professores e funcionários; a presença do intérprete de Libras, além da oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno. No AEE, de acordo com o especificado pelo Ministério da Educação (MEC), os alunos surdos inclusos devem receber aulas de Libras, com professores surdos e aulas de Língua Portuguesa, como segunda língua, além de auxílio em Libras com os demais conteúdos escolares (NOGUEIRA, 2012, p. 18).

A perspectiva da inclusão de surdos no Brasil visa garantir ao aluno o bilinguismo, onde desenvolvera tanto a sua 1º língua no caso específico do surdo a libras, e também a sua língua pátria, é neste enfoque que a figura do professor interprete ou de apoio se torna fundamental, já que em sua maioria dominam tanto a língua de sinais quanto a língua portuguesa. Na grande maioria das vezes é este profissional que inicialmente faz o elo entre a criança ouvinte para com a criança surda.

Entretanto, a maior parte dos surdos atendidos no Brasil não têm podido ter acesso a uma escolarização que atente para suas necessidades lingüísticas, metodológicas, curriculares, sociais e culturais. Os surdos encontram-se em classes/escolas especiais que atuam em uma perspectiva oralista, as quais pretendem em última análise que o aluno surdo comporte-se como um ouvinte, lendo nos lábios aquilo que não pode escutar, falando, lendo e escrevendo a Língua Portuguesa. Ou em escolas regulares, inseridos em classes de ouvintes nas quais, novamente, espera-se que ele se comporte como um ouvinte acompanhando os conteúdos preparados/pensados para as crianças ouvintes, sem que qualquer condição especial seja propiciada para que tal aprendizagem aconteça (LACERDA,2009,p.2).

Com respeito à educação inclusiva na esfera da educação infantil, apesar de pouco discutida é de grande importância já que é nesta fase que a criança passa a ter maior socialização, sai do seio da família e vai adquirindo a sua própria independência. É também nesta fase que a criança passa a desenvolver sua

linguagem, se tornado este um dos papéis fundamentais para educação de nossos pequenos, e quando nos retratamos ao sujeito surdo esta construção da linguagem, se torna ainda mais importante, pois muitas vezes aquele é o primeiro contato, que o escolar surdo tem contato com a língua de sinais, tornando fundamental a presença de um professor-intérprete, pois juntamente com o professor padrão da sala de aula oportunizarão ao aluno já no início do desenvolver de sua linguagem a filosofia do Bilinguismo, no qual muitos estudiosos da área focam como sendo de fundamental importância.

Portanto esta inclusão se bem feita, trará benefícios não só para o escolar surdo, mas também para todos aqueles que convivem com este; as demais crianças envolvidas também passam a ter contato com uma língua desconhecida, língua esta que a grande maioria deles não teriam acesso se não por meio desta inclusão inicial.

4- UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Interesse pelo tema, aconteceu quando assumi o posto de auxiliar de creche do município. Ao chegar a escola fiquei responsável por receber uma das turmas na qual estava inclusa uma criança surda, eu permanecia na sala durante uma hora e ao longo dos seis meses que ali estive, foi gratificante olhar como as crianças não a ignoravam, e de como foi a evolução da mesma com a chegada da professora de apoio, e ao mesmo tempo, como os pais dos demais alunos se sentiam curiosos em entender o que significava aquela linguagem de sinais que seus filhos tentavam usara em suas casas.

O relato aqui exposto ocorreu ao longo de observações feitas no decorrer dos anos de 2011 e 2012, cujo sujeito observado se tratava de uma criança surda, inclusa em uma sala de ouvintes na Educação Infantil. Observações estas feitas em uma Escola Municipal de Educação Infantil de período integral, em um município do interior do Paraná. A escola atende crianças de 6 (seis) meses a 5 (cinco) anos idade, sendo estas divididas em infantis de I a V e suas subdivisões, onde são matriculadas e distribuídas de acordo com a idade. A escola tem porte médio, atende em torno de 280 crianças disponibilizadas em 11 (onze) salas, sendo uma turma denominada Infantil I, duas denominadas infantil II, uma de infantil III com número 25 crianças, a escola também conta com três turmas de infantil IV, o mesmo número de turmas para o infantil V com cerca de 30 criança matriculadas em cada uma das turmas. A escola dispõe 50 funcionários entre diretora, pedagogas, professores, educadoras, lactarista e serviços gerais. Os infantis I e II contam com três auxiliares de creche de 40hrs semanais, e uma educadora 30hr no período vespertino, sendo que o infantil I tem o apoio de uma lactarista, os infantis dois dispõem de duas auxiliares de creche e uma educadora também no período vespertino, já infantis IV e V tem a sua disposição uma professora no período diurno e uma educadora no período vespertino.

A aluna deste relato trata se de uma criança do sexo feminino, com idade de 4 anos, a qual darei o nome de Lua, criança está que se encontra cursando o Infantil V da escola regular em período diurno, onde no período vespertino frequenta uma escola especializada para crianças auditivas. Lua mora em uma cidade vizinha a cidade onde estuda, onde mora com seus pais e sua irmã mais velha também estudante de uma escola de ensino fundamental do Município. A mãe da menina é

também funcionaria da escola, e tem grande participação na vida escolar da criança, tanto na escola regular quanto na especializada. A criança tem acompanhamento semanal com fonoaudióloga, sem ligações com a instituição de ensino, as quais buscam o melhoramento da linguagem da criança, e também buscando as possíveis causas de sua Surdez, já que segundo relatado pela mãe as causas genéticas foram descartadas.

Pretendo aqui fazer uma breve síntese do que pude observar ao longo deste período dentro do cotidiano da escola, as relações de Lua com a escola, com os professores, alunos e como esta repercutiu para com os pais dos próprios alunos.

Quando iniciei meus trabalhos naquela escola, pouco sabia sobre a inclusão e como era feita, e tão pouco tinha conhecimento sobre a língua de sinais e convívio próximo com pessoas surdas, portanto, assim como grande parte das pessoas achava interessante e por vezes até mesmo tentava descobrir o que aqueles gestos significavam quando me deparava de alguma forma com aquele meio de comunicação tão diferente do de nós ouvintes.

Em meus primeiros dias de aula fiquei responsável em receber as crianças de salas do Infantil IV daquela escola, com as quais eu ficava cerca de uma hora. Logo nos primeiros dias me deparei com Lua, a quem me informaram ser portadora de deficiência auditiva. Como a grande maioria das crianças era bem afetiva com aquelas pessoas com as quais já tinha contato, principalmente com os adultos. Como tudo que nos é novo aquela situação me deixava apreensiva, pois também eu não sabia como me comunicar com a mesma, e a meu modo procurava manter contato com a menina.

4.1 Interação com as crianças

Com o passar dos dias, percebi que a criança tinha dificuldade de se envolver com as outras, ela sempre pegava os brinquedos e levava para um canto da sala onde normalmente brincava sozinha. Tentei por vezes sentar ela e com os amigos, mas ela brincava um pouco e novamente retornava para o canto; as crianças tentavam se comunicar com Lua a maneira deles e muitas vezes se entendiam, mas aquela ainda era uma aproximação tímida de ambas as partes.

Com cerca de dois meses recebendo aqueles alunos, a escola recebeu uma professora de apoio para acompanhar Lua durante o período letivo. Percebi então que a menina se tornou mais dócil, apesar dela ainda não dominar as libras; ela se comunicava com gestos próprios e percebi uma aproximação maior das crianças para com ela. A princípio as crianças queriam aprender os gestos e se aproximavam tanto de Lua quanto da própria intérprete, era uma situação até bonita de se ver; ela se sentava mostrando os sinais e as crianças perguntavam o que era aquilo, e como se fazia, e por sua vez a menina também se tornava mais solta com os demais amigos de sala.

Após algumas semanas da chegada da intérprete, algumas outras situações passaram a me chamar atenção. Alguns pais chegavam na porta da sala mostrando alguns sinais, e perguntando o que aquilo significava, pois o filho chegava em casa fazendo gestos, a quais elas não entendiam e quando perguntava a criança elas não sabiam explicar. Esta situação era bastante comum e voltou a se repetir várias vezes e por diferentes pais, o que me fez pensar no quanto aquela experiência, quando bem assistida, poderia ser enriquecedora para ambas as partes. Outras situações também eram bastante interessantes, e mostravam bem a relação construída entre Lua e os demais amigos de sala, como quando ela queria ir ao banheiro: ela se aproximava de outra criança, fazia um gesto específico e a amiga vinha dizer que Lua queria ir ao banheiro e queria ela fosse junto, ou então quando alguém falava com a menina, e as crianças corrigiam dizendo: não é assim que fala, ela não ouve.

Outra cena interessante é que a criança sempre usava os mesmos gestos ao se referir a uma pessoa. No início ela sempre que me via mostrava o gesto de branco, pois se lembrava que a intérprete tinha dito que minha blusa era branca, então, sempre a me ver repetia aquele sinal.

No decorrer de aproximadamente seis meses ao qual pude acompanhar mais de perto relação entre aquelas crianças, em nem um momento percebi um distanciamento das demais crianças para com Lua. Ouve sim um estranhamento inicial, até mesmo por conta de que aquela era uma nova experiência para maioria daquelas crianças que sequer tinham idéia do que se tratava um sujeito surdo, já que muitas vezes as crianças chamavam, ou tentavam conversar com ela, e por sua vez a mesma não respondia, porém estas atitudes foram se modificando no decorrer

dos meses, e principalmente com a chegada da professora de apoio, pois o estranhamento inicial de ambas as partes se tornou curiosidade em aprender aquela nova “linguagem” tão diferente da que eles conheciam. Podia se perceber que até mesmo Lua se sentia mais incluída dentro daquele grupo e já não se afastava com inicialmente. Os colegas, por sua vez, estavam sempre dispostos a ajudar. Gostavam de ajudar Lua e muitas vezes se ofereciam para levá-la ao banheiro, ou então tomavam frente quando outras pessoas que não a conheciam tentassem conversar com a menina, dizendo não ela não entendia daquela forma. Os alunos da sala de Lua criaram maneiras de ajudá-la, sempre de forma criativa. Em relação aos pais das crianças, era bastante interessante observar como aquela situação gerou curiosidade. As crianças levaram aos pais a situação da sala de aula e tratavam aquela questão de forma alegre, criativa e os pais podiam perceber como aquilo havia interferido na vida de seus filhos e por meio das crianças, seus responsáveis passaram a enxergar a situação de um enfoque diferente e certamente, outras situações parecidas teriam agora um novo olhar.

4.2 Criança Escola e Professores.

Lua é uma aluna de inclusão, que estuda durante o período da manhã em um centro de educação infantil de caráter municipal, e no período da tarde frequenta uma escola Bilíngue, também de caráter público. É importante frisar que a mesma, já frequenta escola normal e especializada desde os dois anos de idade, sendo na escola especializada dos 2 aos 5 anos, e educação normal, em dois diferentes centros, estando no centro de educação atual, caracterizado acima, a partir do início do ano letivo de 2011; ano também a qual teve seu primeiro contato com uma professora de apoio.

Com relação à escola, o que podemos perceber, é que apesar de muito se falar em inclusão são poucos os profissionais que estão realmente preparados a trabalhar com esse aspecto. Também a falta de materiais que realmente possam permitir que este trabalho seja melhor executado, cabendo muitas vezes ao próprio profissional criar meios para realizar o seu trabalho, como um alfabeto em libras, livros, ou filmes com tradução instantânea. A criança não tem qualquer atendimento direcionado a ela fora a professora de apoio, o único diferencial é que a pedagoga do centro faz um estudo de caso, que visa acompanhar o desenvolvimento da

criança. Este estudo é acompanhado pelo professor de apoio, a pedagoga e a secretaria de educação do município. A relação da criança com a parte diretiva da escola tem caráter bastante profissional sem ter qualquer aproximação ou interesse maior por parte diretiva. O que se pode perceber é certa dificuldade em lidar com a criança na falta da professora que a acompanha.

Em relação ao profissional padrão da sala, estes também têm grandes dificuldades de trabalhar com Lua, quando não há profissional especializado, por não terem conhecimento em Libras. O plano de aula é elaborado pela professora responsável pela turma, e não é preparado pensando nas especificidades da criança auditiva, cabendo a professora de apoio fazer as adequações necessárias.

Portanto não é difícil entender os porquês destas dificuldades enfrentadas pelos profissionais da instituição, já que grande parte deles, do magistério, não possui ao longo de sua formação acadêmica, o curso normal superior, de pedagogia ou um trabalho especificado para as deficiências diversas encontradas nas salas de aula.

4.3 Professora de Apoio Escola e Crianças

A professora em questão se trata de uma profissional do sexo feminino, formada em Pedagogia, com especializações em educação especial e curso de libras. Trabalha também como intérprete em igrejas; seu trabalho com professora de apoio é feito como carga horária suplementar. No período da manhã trabalha como professora de apoio trabalho este conquistado por já ser educadora do município e portar curso em libras; também por sua experiência como intérprete, no período vespertino trabalha com educadora, a cerca de quatro meses na mesma instituição e turma na qual está como apoiadora no período diurno.

Como já descrito anteriormente, fica sobre responsabilidade da professora as adequações necessárias ao plano de aula para o trabalho com Lua. A profissional é rígida, porém bastante afetuosa tanto com a sua aluna, quanto com as demais crianças da sala, porém devido sua proximidade com a aluna auditiva, sua relação se torna bastante próxima a menina. Como fator negativo expressadas pela própria profissional em conversas informais expõe a falta de materiais oferecidos pela escola e por sua vez pelo próprio município. Os materiais diferenciados em sua grande maioria tem de ser confeccionado elaborado ou comprado pela própria

professora, como imagens ampliadas e coloridas, livros e jogos e materiais específicos em libras, e, por sua vez isto não está incluso na sua hora atividade suplementar, levando assim a falta de tempo para elaborar atividades mais diferenciadas. Outra defasagem para a mesma é a falta de cursos específicos que visem à qualificação profissional destes professores por parte da rede municipal.

O relacionamento entre a professora e Lua é bastante próximo, onde a menina criou forte afetividade pela educadora, já que esta é ponte direta em seu relacionamento com outros professores, funcionários e até mesmo amigos de turma. Com os demais alunos ouvintes este vínculo é de menor intimidade, portanto a profissional não se abstém apenas em ser apoio, ajudando também a professora da turma no controle e auxílio nas demais atividades, dos demais alunos.

Este cuidado e empenho da profissional para com menina pode ser observado por meio dos trabalhos expostos nas paredes da escola, da turma a qual Lua faz parte, este trabalho apresenta legenda em libras. A menina também esta sempre envolvidas em apresentações feitas pela turma, como festas de comemorações ou eventos do município para as escolas, onde em apresentação de final de ano abertas para pais e familiares, as criança realizaram uma apresentação de uma poesia em libras, apresentação esta, muito elogiada pelos pais, e de comoção para os profissionais envolvidos com Lua.

4.4 Outros aspectos observados

O que é perceptível em toda esta relação é o fato de que toda diferença gera alguns transtornos, e quando não bem trabalhadas podem surtir em um efeito contrario ou seja de inclusão.

Porém, é nesta fase de primeira infância que a criança vai apreendendo ao longo de seu desenvolvimento as ações cotidianas que as permeiam, pois estão em plena construção de seus conceitos e preconceitos, estão em pleno desenvolvimento de sua cognição. É nesta primeira fase da vida onde as cobranças são menores e os erros são permitidos, que se constrói as relações de afeto e se inicia elaboração de seus próprios conceitos. A inclusão daquilo que nos parece diferente nesta etapa é enriquecedor para que haja uma aprendizagem que realmente leve a criança ao seu desenvolvimento. As crianças da instituição descrita ainda não conheciam as noções de preconceito e foi possível a eles perceber ações

e reações diferentes, portanto não se fecharam. A princípio lhes pareceu diferente, como seria mais comuns aos indivíduos adultos, mas o diferente nesta etapa gera curiosidade. Isso reflete também no relacionamento familiar do aluno e quando bem trabalhados estes novos aspectos, enriquecem a aprendizagem da criança, e até mesmo a reflexão da própria família; situações estas que pude observar ao longo desta experiência.

Por sua vez seria utópico imaginar que tudo ocorre sem problemas, e que tal inclusão não geraria qualquer transtorno, pois como relatado pela própria mãe quando a professora que a acompanha falta é comum as demais professoras não conseguirem entender aquilo que Lua quer ou precisa, porém estas constroem mecanismos próprios para se comunicarem com a mesma, com maiores dificuldades, porém, sem uma recusa perceptível. O fato do próprio planejamento não ser preparado em conjunto e sim adequado posteriormente, nos mostra um dos pontos negativos existentes nesta relação. Ou como relatado pelas próprias pedagogas da instituição, dizendo que se não houvesse ali alguém para permear aquela reação certamente a criança auditiva ficaria deslocada daquele grupo.

Fato interessante ocorrido foi que, levando uma conversa informal com a mãe de Lua, ela foi questionada se sempre teve este acompanhamento, e ela respondeu que não, que somente do ano de 2011 em diante ela passou a ter um acompanhamento específico, dizendo que a linguagem e o desenvolvimento de sua filha, até mesmo em família teve avanços perceptíveis.

CONCLUSÃO

Como foi exposto no breve relato deste trabalho, são muitas as ideias que temos sobre aquilo que nos é desconhecido. Quando buscamos, a princípio, falar sobre um sujeito surdo incluso na Educação Infantil, não imaginamos quais caminhos devemos percorrer para que nosso trabalho seja realmente efetivado. Percebemos então, que falar da inclusão vai muito mais além do que aquilo que conseguimos ver. É preciso buscar na história, pressupostos que nos levem a entender a forma que vivenciamos hoje, e percebemos que temos pouco conhecimento sobre tão vasto assunto.

É necessário que entendamos o que é a infância e como o seu conceito vem se modificando ao longo do tempo, como a preocupação com a educação dos pequenos vem se tornando mais cuidadosa e conquistando seu espaço e seu valor. Também, se torna necessário entendermos como ocorre na história, o educar do sujeito surdo, e é aí que percebemos como são construídos os preconceitos ainda tão vigentes em dias atuais. Só então conseguiremos compreender a importância que a experiência desta inclusão pode nos trazer.

É preciso compreender que a experiência da inclusão de um sujeito surdo na Educação Infantil não é só permeada de vitórias; no meio deste caminho sempre existirá entraves a serem vencidos, porém conseguimos sentir que o preconceito é fruto da cabeça do adulto e que é ele o responsável por formar esta criança. Neste sentido a inclusão com seus erros e acertos se torna valiosa na vida dos sujeitos ali inseridos, tanto o ouvinte quanto os surdos, ou seja, ambos estarão expostos a um cenário educacional mais rico. Explanando melhor, a criança neste ambiente perceberá uma língua que talvez nunca tivesse conhecimento, se não fosse parte desta inclusão. Muitas vezes estes passam a se perceber como iguais, apesar de serem tão diferentes. Os professores e demais envolvidos também terão acesso a uma nova visão, tornando-se profissionais melhores no que se refere a dar uma educação acadêmica ao surdo e a todos as pessoas com deficiência como seres humanos capazes, desde que lhes sejam oferecidas as condições necessárias para a aprendizagem e o consequente desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARIÉS PHILIPPE, **Historia social da criança e da família**.2,ed. Rio de Janeiro : Editora, 1981.

BOTELHO, P.. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERREIRA, M. D.A. **Atendimento educacional Especializado: Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília.2007 .

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas: Autores Associados,1996.

GOLDFELD, M.. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

KARNOFF, L. B. Aquisição Fonológica na Língua Brasileira de Sinais: estudo longitudinal de uma criança surda. Porto Alegre, PUCRS: Tese de Doutorado, 1999.

KUHLMANN JR.,M. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (Orgs). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MORI, Nerli.Fundamentos da deficiência sensorial auditiva.In:RIBEIRO,M.J.L; SHIMAZAC, E,M. **Fundamentos da educação dos surdos**. Maringá: Eduem,2008, capítulo1.p.15-30.

NOGUERIA, C. M. I. (et.al). **Surdez, libras e educação de surdos: introdução à língua brasileira de sinais**. Maringá: Eduem, 2012.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

MULLER, Ronice.**Estudos Dos Surdos** . In SILVA.V.**Educação de Surdos: Uma Releitura Da Primeira Escola Pública Para Surdos Em Paris e DO Congrso De Milão**.Petropolis: Arara Azul,2006.

SÁNCHEZ, C. A escola, o fracasso escolar e a leitura. In: LODI, A. C. B. ;HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. de; TESKE, O. (Orgs). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LACERDA ,Cristina.A inserção da criança surda em sala de criança ouvinte: focalizando a organização do trabalho pedagógico. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1518t.PDF> >. Acessado em 16/10 2012

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5625.htm Acessado em 15/09/2012.

Disponível em
<http://www.surdo.org.br/informacao.php?info=Historia&lg=pt>. Acessado em 15/09/2012.